

Congresso entra finalmente em recesso

A partir de hoje, os 503 deputados e 81 senadores que compõem o Congresso Nacional estão de férias ou recesso, como os parlamentares preferem chamar, valendo-se da expressão cunhada na Constituição. De hoje até o dia 14 de fevereiro de 1992, eles não têm as tradicionais obrigações legislativas, como votar, analisar projetos de lei e fazer discursos.

Os dois meses de recesso, no entanto, dependem da boa vontade do Presidente da República. Ele tem o poder constitucional de convocar o Congresso para sessões extraordi-

nárias. Foi o que aconteceu em fevereiro deste ano, por exemplo, quando o Plano Collor II foi editado. Naquela época, deputados e senadores tiveram que abreviar suas férias e retornar a Brasília para votar as medidas provisórias.

Correrias e atropelos de fim de ano prorrogaram a sessão legislativa de 1991 até o dia de ontem — o recesso deveria ter começado no último dia 17. Tradicionalmente, no fim de ano, o Legislativo acumula uma pauta densa e importante que, quase sempre, é votada às pressas. Mesmo assim, ficou

para o ano que vem: Lei de Diretrizes e Bases da Educação, modernização dos portos e Lei das Patentes Industriais.

Novas multas — O líder do PMDB na Câmara, Genebaldo Correia (BA), anunciou ontem no plenário do Senado que apresentará emenda ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados, no início da sessão legislativa do próximo ano, estabelecendo que aquela Casa não votará qualquer matéria que tenha de ser remetida para o Senado, pelo menos uns 30 dias antes do término de cada sessão.

21 DEZ 1991

CORREIO BRAZILIENSE